

QUE É A DEMOCRACIA LIBERAL

Salmos 33.12

14

LEITURA DIÁRIA

- D** Jr 17.7 – Confiança em Deus
- S** Sl 146.3 – Não há redenção pela política
- T** At 17.28 – Deus e sua providência
- Q** Pv 11.26 – O livre-comércio
- Q** Lv 19.36 – O comércio justo
- S** Rm 13.1-9 – O papel do Estado
- S** Os 4.1-3 – Sem lei, sem mercado legal

INTRODUÇÃO

O mundo experimentou após a Revolução Francesa a ascensão da burocracia estatal e da política partidária e ideológica. A democracia liberal ganhou força nesse contexto com sua perspectiva a favor das liberdades individuais, do livre-mercado, da votação e da imposição de limites à influência do Estado.

As ideologias políticas são formas reducionistas de enxergar a complexidade da vida, e têm a pretensão de moldá-la a partir de um único prisma. Trata-se da insurreição humana à ordem criacional divina, uma espécie de fé inabalável na política para precipitar o céu sobre a terra.

Cabe ao cristão discernir, por meio das Escrituras, os pontos de verdade e os aspectos hostis ao evangelho nas ideologias políticas. Esta lição visa dar suporte a esse assunto ao tratar sobre a democracia liberal, para estimular a participação do cristão no processo político.

I. DEMOCRACIA

As formas de governo se tornam híbridas. Aristóteles afirma que elas atualizam uma mesma essência: o poder. Nesse sentido, a demo-

cracia é muitas vezes justaposta ao liberalismo. Portanto, é necessário distingui-los devido às suas ênfases específicas, para entender como ambos se articulam criativamente.

O termo democracia surge na Grécia antiga como sinônimo de “governo (*kratos*) do povo (*demo*)”. No mundo ocidental, ela ganhou importância na modernidade, sobretudo por meio da Revolução Francesa, inspirada nos escritos de Jean-Jacques Rousseau. O suíço cria que o “homem nasceu livre, e em toda parte vive acorrentado”¹. Para ele, o homem na sua origem² é *um bom selvagem*, oprimido posteriormente pela sociedade ao seu redor. A solução para esse impasse advém de um contrato celebrado entre os homens, para cederem à vontade geral do povo, com o objetivo de reaver a liberdade individual. Dessa forma, ninguém tem, a rigor, autoridade senão por meio de uma convenção entre as partes.³

Enquanto Rousseau preconizava uma democracia representada diretamente pelo cidadão, Montesquieu propôs uma representação indireta, com a divisão dos poderes em Legislativo e Executivo, ambos eleitos pelo povo.⁴ Sob essa base, o conceito de estado ascendeu com todo o seu aparato burocrático

¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011, p.55.

² O termo utilizado é *estado de natureza*. Para os teóricos políticos como Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau, não se refere necessariamente a um período histórico, mas a uma condição pré-política.

³ ROUSSEAU, Jean-Jacques, op. cit., p.59

⁴ MONTESQUIEU, Charles. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

e fez com que a democracia assumisse feições bem definidas. Entre elas estão o sufrágio universal e o voto de igual peso para todos, a alternância no poder, a liberdade e proteção dos cidadãos, a igualdade perante a lei, a liberdade de imprensa e, claro, a vontade da maioria. Tudo contemplado, geralmente, por uma Constituição a que todos se submetem de maneira voluntária.

A democracia moderna compartimenta, assim, o processo político fora do âmbito da religião e, por isso, não admite Deus, mas sim o povo como o originador do poder. Rousseau entendia que o contrato era uma entrega sem reservas do indivíduo ao corpo político. Ele coloca de modo absoluto a confiança sobre o desejo da maioria como forma de transcendência para alcançar o bem comum. Todavia, as Escrituras revelam que a voz do povo não é voz divina (Êx 23.2). O poder humano é derivado de Deus (Sl 82.6; Rm 13.1-7; 1Pe 2.14), que controla o coração dos homens e dos magistrados, dando-lhes, inclusive, sabedoria para governar (Sl 33.13-16; Pv 8.15; 21.1-2). Não há, a princípio, nada de errado em eleger um governante, mas sim em Deus ser aliado desse processo como fez a nação de Israel ao escolher Saul para governá-la (Dt 17.14-20; 1Sm 8.7).

Levada às últimas consequências, a democracia ameaça destruir o próprio processo político, na medida em que o coletivo passa a esmagar a minoria que ela jurou proteger. Ou que uma minoria imponha a sua vontade sobre o restante da população. Não surpreende que países marxistas ditatoriais como a China, Cuba e a Coreia do Norte se denominem *democracias*, alegando que vivem sob o desejo da maioria, o proletariado.

II. LIBERALISMO

O liberalismo político tem como um de seus marcos teóricos a obra *Dois tratados sobre*

Governo, do filósofo inglês John Locke. Anterior a Rousseau, Locke também especulou sobre o *estado de natureza*. Para ele, o homem possuía certa nobreza nessa condição pela luz da razão. Entretanto, não poderia desfrutar plenamente de um núcleo de valores imprescindíveis à sua vida – a propriedade privada, a segurança, a saúde e a liberdade de escolha – senão através de um pacto social que garantisse esses direitos. Diferente de Rousseau, o qual afirmava que o direito vem após o contrato social, Locke já o pressupunha como a base do contrato. Ambos, no entanto, entenderam que o fundamento do contrato social implica “que a minha obrigação de obedecer à lei tem origem na minha participação direta ou indireta no processo que gerou a lei”.⁵

O liberalismo, portanto, conta com a democracia para viabilizar o seu projeto. Tanto um quanto o outro advogam a necessidade do consentimento dos cidadãos para dar legitimidade ao governo instituído. Porém, há uma divergência fundamental entre ambos: o primeiro exalta o indivíduo e o segundo a coletividade. Não obstante, a democracia fomenta a participação popular através do ideal liberal, a partir da ênfase dada ao voto para garantir as liberdades individuais.

O liberalismo político se refletiu no campo econômico, tornando-se praticamente sinônimo de capitalismo. O foco no indivíduo levou Adam Smith no século 18 a defender a liberdade humana na atividade econômica, em detrimento da ação do estado. Ele apostou na dependência mútua entre os indivíduos, em suas diversas vocações, para formar um mercado de troca de bens e serviços. A intervenção estatal seria requerida apenas para promover a segurança nas transações comerciais (a livre concorrência) e a liberdade do indivíduo de

⁵ KOYZIS, DAVID T. *Visões e ilusões políticas*. São Paulo: Vida Nova, 2014, p.156.

realizá-las. A elevação dos impostos tornaria o governo um fim em si mesmo e não um meio para a produção da riqueza.

Pois bem, na teoria liberal o indivíduo é o ponto de partida. Ela separa a política da religião, fazendo da autorrealização humana o propósito da existência. Certamente o homem deve ser respeitado. Ele é a imagem e semelhança de Deus (Gn 9.6). Porém, as Escrituras declaram Cristo como fundamento para a sociedade. Ele é o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, o Criador (Cl 1.15-17). O homem é um indivíduo, contudo, não surgiu de si mesmo. Tampouco pode dar significado à sua própria vida. Deus é quem o faz (Rm 11.36). A filosofia individualista parte de um pressuposto cristão quanto a singularidade da vida humana. No entanto, uma vez secularizada a ideia, transformou-se em um pensamento revolucionário absoluto.

III. A DEMOCRACIA LIBERAL E AS ESCRITURAS

Para assegurar o florescimento da vida, a democracia liberal busca redenção através de pactos nominais entre os cidadãos. Ainda que tratem da aliança entre os homens, necessária à vida em sociedade, esses contratos são sempre horizontais e, consequentemente, acabam se tornando pragmáticos, temporários e relativistas. O que é bom para a vida de um indivíduo ou sociedade hoje pode não o ser amanhã. Ademais, o indivíduo e a coletividade exaltados por essas correntes são seres caídos. Em Cristo e somente através dele sou conhecido – individualizado de fato – e o propósito de cada um é ditado segundo a vocação dada por Deus aos homens (Sl 8).

A propriedade privada é um aspecto vital para a ideologia liberal-democrata. Conquanto seja verdade na perspectiva bíblica (Êx 20.15,22), como matéria de fato, ela não pode ser vista à parte da criação e providência de

Deus. Nada nos pertence. Ele é quem energiza o mercado por meio de homens criados com seus respectivos dons. A propriedade é meio para a sua expressão.

Outro aspecto primordial para a democracia liberal é a desregulamentação econômica. Ela é recomendável biblicamente (Pv 29.4) pois impulsiona a responsabilidade individual para o trabalho (2Ts 3.10-12) e a formação das grandes fortunas. Elas são, de fato, uma enorme bênção para a sociedade, pois procedem das mãos do Senhor que dota alguns homens de talentos superlativos, que conquistam a admiração de todos, o sucesso financeiro e geram empregos (Gn 41.52; Dt 8.18; 1Rs 3.10-15). Todavia, há uma diferença entre o acúmulo de capital adquirido pelo trabalho e a ganância (Am 8.4-7; Is 1.23; 5.8; Tg 5.1-6). As riquezas podem também ser um sinal de grande empobrecimento espiritual e moral (Is 23.1-11; Ap 18.9-20; Lc 17.27-28).

O mercado se autorregula para a democracia liberal. Decerto, o estado não tem condições de planejar todas as vontades e quantidades. Mas, e o mercado tem? Ele seria tão onisciente quanto a pretensão do estado socialista? A partir de qual orientação espiritual ele se regula? É inegável a necessidade de uma base moral para o mercado. Deus é quem a fornece por sua graça e lei, controlando os corações para que demandem mercadorias (At 14.17-18; Is 28.23-29) caso contrário o mundo daria livre curso à cupidez.

A deificação do mercado, portanto, como forma de transcendência social, eclipsa a guarda do dia do Senhor (Is 58.13-14). A busca obsessiva por negócios seculariza o homem (Lc 12.15). O desmantelamento da moralidade à proporção que tudo se torna mercadoria, até a vida humana, volta-se contra o alvo emancipatório da democracia liberal. Por isso, indivíduos e instituições devem sustentar a base moral da sociedade para que a troca de bens e serviços

seja digna, o trabalho seja premiado, a preguiça e a ganância sejam punidas, a qualidade dos produtos seja garantida e a superficialidade seja impedida. Os limites impostos pela lei de Deus ao mercado, e não ao estado, geram poupança interna, como também investimentos e distribuição equânime dos recursos.

A democracia liberal influenciada pela moral cristã debelou a escravidão, deu voz às mulheres subjugadas em várias culturas, impediu o aborto e a exploração do trabalho e deu acesso à educação. Por outro lado, o individualismo exacerbado explica parte da decadência das sociedades atuais. Com base na concessão absoluta de direitos, o assistencialismo, o *gayzismo*, o uso de drogas, a pornografia, a prostituição, o aborto, a jogatina e tantas outras mazelas são sustentadas por meio de dispositivos legais. O fato eleva os impostos e mina a estrutura do estado e da sociedade. Todos pagam a conta. Não há transferência de riqueza, mas distribuição da pobreza. A ajuda ao próximo é uma responsabilidade individual e não estatal.

O crescente apelo à voz da maioria e a extensão de direitos individuais, via democracia, acirrou a disputa, no âmbito do estado, em um movimento contraditório, pelo controle

da sociedade. Ora eleva a carga tributária para favorecer o grande capital e eliminar a concorrência (controle econômico), ora se serve do discurso dos direitos individuais para privilegiar políticas assistencialistas e identitárias (controle político).

CONCLUSÃO

Discutir sobre política significa, portanto, identificar a origem do poder, a razão pela qual a humanidade se organiza a fim de produzir o bem comum e a se submeter a homens para liderá-la. As Escrituras dão conta de que Deus é o autor desse processo. A proposta liberal-democrata, seja na prioridade dada ao indivíduo ou à coletividade, a despeito de seus aspectos bíblicos, coloca o homem no centro, acentuando o materialismo tanto quanto no marxismo. A democracia liberal depende de maneira dramática do cristianismo para a sua sobrevivência, em termos econômicos e políticos.

APLICAÇÃO

Quais os pontos positivos e negativos da democracia liberal, de acordo com a Palavra de Deus? Como essa forma de governo afeta nossa vida? Podemos influenciar a democracia e o liberalismo no Brasil? De que maneira?